



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



A DEPENDÊNCIA CRESCENTE DO AGRONEGÓCIO PARA OS SALDOS DE COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO, 1998 A 2007.

KATIUCY LEMES NASCIMENTO; CARLOS ALVES NASCIMENTO; SORAIA APARECIDA CARDOZO;

UNICAMP

UBERLÂNDIA - SP - BRASIL

canasc38@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Comércio Internacional

A Dependência Crescente do Agronegócio para os Saldos de Comércio Exterior Brasileiro, 1998 a 2007.

Grupo de Pesquisa: 3 – Comércio Internacional

RESUMO

O artigo apresenta dados que mostram a importância do agronegócio para a geração de superávits na conta de comércio exterior brasileiro. Apresenta também quais produtos do agronegócio têm maior participação no desempenho do setor. Objetiva, nesse sentido, contribuir para o debate acerca da perspectiva do saldo comercial brasileiro ficar cada vez mais dependente das exportações do agronegócio e de setores com menor conteúdo tecnológico.

Palavras-chaves: Agronegócio; Balança comercial; Comércio exterior.

ABSTRACT

The paper presents data that shows the importance of the agribusiness for the generation of superavits in the Brazilian foreign trade. It presents also which products of the agribusiness have bigger participation in the performance of the sector. It aims, in that sense, contribute for the debate about the perspective of the Brazilian trade balance stayed more and more dependent of the exportations of the agribusiness and of sectors with smaller technological content.



Key Words: Agribusiness; Trade balance; Foreign trade.

Introdução

O processo de abertura comercial iniciou-se no Brasil ainda no final da década de 1980 e se acelerou na década de 1990. Pode-se afirmar que este processo de liberalização comercial marcou o rompimento de uma política que vinha sendo adotada desde o processo de industrialização para substituição de importações; isso é, uma política que ao visar a internalização da produção dos bens importados, resguardava a produção interna via práticas protecionistas.

As reformas implementadas desde finais da década de 1980 e aprofundadas na década seguinte acabaram por expor os vários setores da economia brasileira a um ambiente de extrema competitividade, o que comprometeu a produção interna em muitos setores. Isso aconteceu porque muitas das vezes as importações eram muito mais competitivas que a produção doméstica, o que levava muitos setores a terem suas demandas atendidas via importações. Desta forma, muitos setores acabaram apresentando saldos negativos na balança comercial comprometendo a manutenção dos superávits na balança comercial brasileira. Esta situação se agravou ainda mais quando o câmbio se valorizou devido à abertura financeira e a necessidade de manter a inflação controlada.

O agronegócio brasileiro não ficou imune a esse processo e também sofreu com a concorrência e muitos setores do agronegócio foram forçados a promover suas reestruturações produtivas. Todavia ele recuperou-se, a agropecuária elevou sua produtividade e, ao contrário de muitos outros setores, conseguiu ser competitivo em relação aos produtos importados, apresentando uma participação importante na geração de saldos para a balança comercial brasileira.

Isso posto, o *objetivo central* deste artigo consiste em analisar a contribuição das exportações dos produtos do agronegócio para a geração de saldos na balança comercial brasileira após o início do processo de abertura comercial no Brasil. Para isso, o trabalho está dividido, além desta breve introdução, em mais três seções. A primeira, discorre brevemente sobre a abertura comercial brasileira; e, a segunda, expõe uma análise mais pormenorizada dos dados da balança comercial do país no período em questão, enfatizando a participação do setor do agronegócio nesta. Por fim, na última seção teceremos as considerações finais.

1. Uma breve revisão da abertura comercial no Brasil

A abertura comercial teve início no governo Sarney e perpassou toda a década de 1990. No governo Sarney e posteriormente no governo Collor, as barreiras comerciais não-tarifárias foram totalmente eliminadas. Aboliram-se o Anexo C, uma lista que proibia a importação de 1.300 produtos com produção de similar nacional, e diversos regimes especiais de importação. Em relação às barreiras tarifárias, no governo Sarney, unificou-se a incidência de impostos sobre importação e promoveu-se uma redução de alíquotas. Essas alíquotas que variavam de 0% a 105% passaram a variar de 0 a 85%. Já no governo Collor implementou-se um programa de diminuição gradual das tarifas sobre importação cujo objetivo era a redução



qualitativa destas tarifas de uma média de 40% para menos de 20% em quatro anos. Na prática, acabaram as formas mais importantes de controles quantitativos de importação, para dar lugar a um controle tarifário, com alíquotas decrescentes (GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO JÚNIOR, 2005).

A partir de 1994, a abertura prosseguiu como um pilar da agenda do Plano Real. O governo de Fernando Henrique Cardoso deu continuidade ao processo de abertura comercial, porém o seu ritmo passou a depender do restante da política econômica. Inicialmente, continuou-se a aprofundar o processo de abertura, procurando cumprir os compromissos estabelecidos no Mercado Comum do Sul (Mercosul). A abertura se constituiu num importante instrumento de estabilização dos preços uma vez que ela possibilitou as importações e como estas se tornavam mais atrativas em decorrência da valorização cambial criava-se um limite ao reajuste interno de preços dos bens comercializáveis rompendo a possibilidade de propagação dos choques inflacionários. Essa foi a justificativa para que a abertura comercial acontecesse antes da estabilização da moeda.

Neste período, a taxa de câmbio passou a constituir a âncora nominal do sistema e não mais, como nas décadas anteriores, uma variável de política comercial e industrial ligada as exigências de ajuste do balanço comercial e à competitividade do setor de comercializáveis (MIRANDA, 2001, p. 10).

Posteriormente, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, o ritmo de abertura diminuiu em decorrência de pressão exercida pelos grupos que tiveram problemas com a abertura, pelos desajustes nos mercados externos e, ademais, por problemas com o Balanço de Pagamentos.

As reformas no comércio exterior também atingiram o mercado agrícola brasileiro. Como mostra Gasques *et. al.* (2004), elas começaram a ser introduzidas a partir de 1987, quando o governo criou normas para abertura dos mercados agrícolas¹. Em 1991, foi apresentado um cronograma de redução da tarifa média, para grupos de produtores agrícolas, insumos e equipamentos, que deveria cair de 32,2% para 14,2% ao longo de três anos.

Paralelamente ao processo de abertura comercial, ocorria uma crescente internacionalização da economia brasileira. Esta se deu por meio de fusões e aquisições transfronteiriças e pela expansão do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em uma ampla gama de segmentos produtivos. Conforme De Negri (2003), os argumentos favoráveis à internacionalização concentravam-se no fato de que os IDE possibilitariam uma fonte de financiamento de longo prazo para os desequilíbrios no balanço de pagamentos e, ademais, acreditava-se que as empresas estrangeiras teriam um comportamento comercial diferente do das empresas nacionais e mais favoráveis à balança comercial. Esse comportamento diferenciado decorreria da atuação multinacional dessas empresas, de vantagens competitivas

¹ Neste ponto é interessante citar a Rodada do Uruguai, do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) posteriormente substituído pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que se tornou um marco referencial significativo para a agricultura, uma vez que incorporou o comércio internacional de produtos agrícolas nas negociações. Ela marca o início de um novo período onde os Países buscam desenvolver esforços no sentido de caminhar, cada vez mais, na direção de um processo de liberalização do comércio agrícola internacional (COLSERA, L.; HENZ, R., 1998, p. 19).

relacionadas a fatores como produtividades, tamanho e tecnologia, e por fim à concentração das empresas estrangeiras em setores mais avançados tecnologicamente e com graus de inserção comercial diferentes do restante da economia. Porém, o que se observou foi que no caso brasileiro a simples presença de empresas estrangeiras na estrutura produtiva foi insuficiente para ampliar sua competitividade externa e que “[...] a maior abertura comercial das empresas se dá de forma assimétrica, ou seja, a diferença existente a favor das transnacionais é maior nas importações do que nas exportações [...]” (ibidem, p. 245).

O resultado a que Carneiro (2002) aponta acerca da abertura comercial dos anos 1990, pode-se ver na Tabela 1 – que apresenta o coeficiente de penetração, isso é, a razão entre importação e produção interna, e o coeficiente de abertura, ou seja, a razão entre exportação e produção interna, para os setores de acordo com sua intensidade tecnológica. Essa Tabela mostra que os maiores coeficientes de penetração são os dos setores intensivos em tecnologia e capital o que denota maior especialização ou perda de elos das cadeias produtivas nestes setores, principalmente a partir de 1994 com a valorização cambial. Nos demais setores estes fatores foram menos significantes. Disso decorre que o crescimento da economia nacional passou a depender mais fortemente das importações, e que os efeitos negativos desse processo de abertura comercial se materializaram em grande aumento da importação de insumos e componentes importados, que causaram a eliminação de importantes elos das cadeias produtivas (BRITTO, 2002; COUTINHO, 1997; DE NEGRI, 2005; entre outros). A abertura comercial forjou uma maior especialização da estrutura produtiva nacional, fazendo com que o coeficiente importado aumentasse mais que proporcionalmente em relação ao coeficiente exportado, principalmente a partir de 1994 com a combinação de abertura comercial e câmbio valorizado; mas os anos mais recentes revelam que mesmo com a mudança no regime cambial a partir de 1999 a tendência de *especialização regressiva* (COUTINHO, 1997) permanece (LAPLANE e SARTI, 2006; PRATES, 2006).

Tabela 1: Coeficientes de penetração (M/P) e abertura (X/P) por intensidade de fator, 1990-1998.

Setores Intensivos em:	1990	1994	1998
Coeficientes de Penetração (%)			
Tecnologia	9,8	16,8	44,1
Capital	9,9	13,5	24,2
Mão-de-Obra	2	5,6	11,7
Recursos Naturais	3,4	6	8,1
Coeficientes de Abertura (%)			
Tecnologia	10	13,6	23,2
Capital	7,9	9,6	11,4
Mão-de-Obra	6,4	9,7	13,3
Recursos Naturais	12,7	16	18,8

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), in: Moreira (1999) *apud* Carneiro (2002, p. 328).

Já em relação ao coeficiente de abertura, ele se elevou em todos os setores, mas não conseguiu acompanhar o coeficiente de penetração naqueles setores ditos mais dinâmicos, isso é, os intensivos em tecnologia e capital (Tabela 1). Dessa forma, a especialização não acarretou ganhos proporcionais de mercado externo, o que pode estar indicando, por um lado, uma significativa perda de competitividade internacional da indústria brasileira, acarretando

numa *inserção internacional regressiva* (GONÇALVES, 2001), e ou, por outro lado, o reflexo das estratégias das empresas transnacionais com filiais no país (HIRATUKA, 2002).

A Tabela 2 mostra que as importações cresceram mais que as exportações em todos os setores, expresso por um declínio na taxa de comércio, no período analisado. Após 1994, embora os setores intensivos em mão-de-obra e recursos naturais tenham sofrido uma queda na taxa de comércio mais acentuada que nos demais setores, apenas aqueles dois setores conseguiram manter as exportações mais elevadas que as importações em 1998. A mesma Tabela mostra também que os setores mais dinâmicos, os intensivos em tecnologia e capital, apresentaram um déficit crescente entre 1990 e 1998 ao passo que os setores mais tradicionais, intensivos em mão-de-obra e recursos naturais, conseguiram se manter superavitários no período – sendo que somente o último conseguiu ter superávit crescente em sua balança comercial.

Conforme assinalado por Carneiro (2002), a forma como se processou a abertura comercial do País, sua velocidade, abrangência e ausência de salvaguardas, ademais de um contexto internacional de significativas mudanças tecnológicas, levou as exportações a se concentrarem em setores de menor conteúdo tecnológico e as importações no oposto.

Tabela 2: Taxa de comércio e saldo* por intensidade de fator – Anos selecionados.

Setores Intensivos em:	1990	1994	1998
Taxa de Comércio (X/M)			
Tecnologia	1	0,8	0,5
Capital	0,8	0,7	0,5
Mão-de-Obra	3,2	1,7	1,1
Recursos Naturais	3,7	2,7	2,3
Saldo Comercial (X-M)/P (*)			
Tecnologia	0,2	-3,2	-20,9
Capital	-2	-3,9	-12,8
Mão-de-Obra	4,4	4,1	1,6
Recursos Naturais	9,3	10	10,7

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), in: Moreira (1999) *apud* Carneiro (2002, p. 328).

Nota: * Em % da produção do setor.

A intenção da abertura comercial era conduzir a economia brasileira a padrões produtivos mais próximos aos dos países centrais, o que incorreria em alguns custos, tais como o aumento das importações em um primeiro momento o que seria substituído posteriormente por um aumento substancial das exportações. Porém o que se viu foi o aumento acelerado das importações e o aumento tímido das exportações, cenário que só se alteraria a partir da desvalorização da moeda em 1999. Britto (2003, p. 62) afirma que este processo

[...] longe de ter propiciado a motivação para a superação das deficiências produtivas, teria, juntamente com a valorização cambial, exposto e aprofundado a fragilidade da indústria nacional, resultando em estratégias de adaptação que colocaram obstáculos à reestruturação das empresas em direção aos padrões internacionais.

De forma geral, o processo de abertura comercial foi responsável por introduzir um choque de competição na economia e representou a ruptura do modelo de economia



protegida, obrigando os diversos setores a se modernizar para sobreviver face ao novo ambiente. Muitos setores tiveram sérias dificuldades para enfrentar as importações, que na maioria das vezes eram mais competitivas. Em decorrência disso, como foi visto anteriormente, a balança comercial brasileira começou a apresentar recorrentes déficits.

Os rumos da política econômica brasileira foram alterados a partir de 1999. Neste momento, adotou-se um tripé de política econômica caracterizado pela flexibilização do regime cambial o que levou a uma ampla desvalorização do real; substituição da ancoragem cambial pelo Regime de Metas de Inflação como política monetária; e o ajuste fiscal como política fiscal. Esse novo desenho de política foi mais favorável ao comércio exterior, como será visto na próxima seção.

2. A participação dos produtos do agronegócio na balança comercial brasileira no período pós-abertura comercial.

O agronegócio brasileiro passou a enfrentar dificuldades a partir da década de 1980, em decorrência dos vários planos de estabilização da economia, desaparecimento de instrumentos de fomentos criados para dar sustentação às atividades no campo, o corte dos investimentos no desenvolvimento tecnológico, na pesquisa e extensão rural, e a integração da economia brasileira à economia mundial globalizada. A partir deste momento, a agricultura brasileira estaria mais exposta ao comércio internacional. (REZENDE, 2003).

A despeito dessas dificuldades, os resultados dos investimentos realizados em pesquisas e tecnologia desenvolvidos a partir da criação da Embrapa, aliados à intensificação da base técnica, resultaram na elevação da produtividade, que se passou a verificar ao longo da segunda metade da década de 1990. O setor amadureceu e atualmente sua extraordinária competitividade pode ser observada pelo seu desempenho na balança comercial.

A Tabela 3 mostra que tanto as exportações totais como as do agronegócio não tiveram um grande dinamismo até 1999. Fato esse relacionado à abertura comercial e, a partir de 1994, aliado à valorização cambial. O período que vai de 1997 a 1999, foi marcado por turbulências tanto num contexto internacional como no nacional² o que acabou por refletir na retração das exportações totais e das do agronegócio. Não obstante, o saldo comercial do agronegócio, diferentemente do restante da economia, foi sempre superavitário, mesmo no período de regime de câmbio fixo e valorizado do plano real. A partir de 1999 as exportações voltaram a apresentar uma trajetória crescente, o que se deveu principalmente a desvalorização do real. No período recente o câmbio se valorizou, mas este fator não foi suficiente para reverter o ciclo virtuoso das exportações do País³, que alcançou seu recorde histórico em 2007, especialmente do agronegócio. As exportações do agronegócio, durante todo o período analisado, foram de grande importância nas exportações do País, o que pode ser visto através de sua participação nas exportações totais. Essa participação esteve em média

² No âmbito internacional destacou-se a Crise Asiática (1997) e a Crise Russa (1998) que tiveram impactos desfavoráveis no âmbito nacional sendo que estes se refletiram principalmente em uma política monetária restritiva, com juros elevadíssimos.

³ É importante citar também o dinamismo da economia chinesa como um dos responsáveis por manter as exportações brasileiras elevadas.



na casa dos 40%, alcançando o valor máximo de 44,88% em 1995 e o mínimo de 35,86% em 2006 (Tabela 3).

Já as importações brasileiras foram crescentes durante todo o período analisado. Este fato foi fortemente influenciado pela abertura comercial, que propiciou a entrada em massa de bens importados no País, sendo que estes, na maioria das vezes eram mais competitivos que os bens produzidos internamente. As importações aumentaram ainda mais quando houve a valorização do câmbio em 1994, já que esta se caracteriza pelo barateamento das importações. Até as importações do agronegócio tiveram um aumento significativo no período em que o real esteve valorizado. De 1999 em diante, com o câmbio desvalorizado, as importações deste setor diminuíram voltando a ter um pequeno acréscimo a partir de 2005. Já as importações totais do País não se reduziram imediatamente após a desvalorização cambial. Essa redução só ocorreu em 2002/2003, sendo que a partir de então as importações alcançaram valores ainda maiores aos anteriores à desvalorização. No ano passado as importações bateram recordes alcançando mais de 120 bilhões, fato que se deve a recente valorização do real (Tabela 3).

Quando se olha para a participação das importações do agronegócio nas importações totais (Tabela 3), observa-se que esse se reduziu durante todo o período de análise. Deste fato pode-se depreender a importância do agronegócio na geração de superávit da balança comercial do País, uma vez que possui uma participação relevante nas exportações ao passo que possui uma participação pouco relevante nas importações do País.

Tabela 3: Balança comercial brasileira e balança comercial do agronegócio, 1989-2007.

Ano	Exportações			Importações			Saldo	
	Total Brasil (A)	Agropecuária (B)	Part.%(B/A)	Total Brasil (C)	Agropecuária (D)	Part.%(D/C)	Total Brasil	Agropecuária
1989	34,383	13,921	40,49	18,263	3,081	16,87	16,12	10,84
1990	31,414	12,99	41,35	20,661	3,184	15,41	10,753	9,806
1991	31,62	12,403	39,23	21,041	3,642	17,31	10,579	8,761
1992	35,793	14,455	40,38	20,554	2,962	14,41	15,239	11,492
1993	38,555	15,94	41,34	25,256	4,157	16,46	13,299	11,783
1994	43,545	19,105	43,87	33,079	5,678	17,16	10,466	13,427
1995	46,506	20,871	44,88	49,792	8,613	17,3	-3,286	12,258
1996	47,747	21,145	44,29	53,346	8,939	16,76	-5,599	12,206
1997	52,994	23,367	44,09	59,747	8,193	13,71	-6,753	15,173
1998	51,14	21,546	42,13	57,763	8,041	13,92	-6,624	13,505
1999	48,013	20,494	42,68	49,302	5,694	11,55	-1,289	14,8
2000	55,119	20,592	37,36	55,851	5,756	10,31	-0,732	14,836
2001	58,287	23,846	40,91	55,602	4,801	8,64	2,685	19,045
2002	60,439	24,826	41,08	47,243	4,449	9,42	13,196	20,377
2003	73,203	30,627	41,84	48,326	4,746	9,82	24,878	25,881
2004	96,678	39,003	40,34	62,836	4,831	7,69	33,842	34,172
2005	118,529	43,589	36,77	73,6	5,11	6,94	44,929	38,479
2006	137,807	49,424	35,86	91,351	6,696	7,33	46,457	42,728
2007	160,649	58,42	36,37	120,621	8,719	7,23	40,028	49,701

Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); elaborado por: CGOE / DPI / SRI / MAPA⁴; in: Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

⁴ Coordenação Geral de Organização para Exportação (CGOE); Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio (DPI); Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).



Para ilustrar melhor essas observações, as Tabelas 4 e 5 registram a participação dos principais produtos que compuseram a pauta de exportação e importação do País em 2007. Além disso, com vistas à comparação, apresenta a participação destes mesmos produtos na pauta de exportação e importação entre 1998 e 2006.

A Tabela 4 mostra que os 25 produtos apresentados foram responsáveis por mais da metade do valor total das exportações brasileiras em todos os anos analisados. Observando esses produtos constata-se a presença de produtos de menor valor agregado; isso é, produtos básicos ou semi-manufaturados. As exceções ficam por conta dos manufaturados, destacando os mais dinâmicos e de alta intensidade tecnológica: automóveis de passageiros e aviões. Entre os demais produtos estão os originados de setores produtores de *commodities* minerais; isso é, os setores de insumos metálicos, siderurgia e metalurgia, dos setores produtores de *commodities* agrícolas, incluindo aqui os produtos do agronegócio, e por fim os produtos derivados do petróleo.

O relevante para este trabalho é observar a importância dos produtos do agronegócio brasileiro nas exportações como um todo. Estes, que estão destacados em negrito na Tabela 4, evidenciam o fato de que o setor do agronegócio vem sendo o mais representativo da pauta comercial do País. Dentre os 25 produtos apresentados na Tabela 4, 11 são considerados produtos do agronegócio. Em 2007, por exemplo, esses 11 produtos foram responsáveis por 21,89% das exportações brasileiras, o que representa quase a metade da participação das exportações de todos os produtos apresentados na Tabela 4.

Tabela 4: Participação dos principais produtos no valor total das exportações brasileira, 1998-2007.



Ano	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998
Total Geral	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total dos Produtos Abaixo	54,44	55,28	54,85	57,87	54,57	54,89	54,96	52,02	51,03	50,77
Minérios de ferro e seus concentrados	6,57	6,51	6,17	4,93	4,73	5,05	5,04	5,53	5,72	6,36
Óleos brutos de petróleo	5,54	5,02	3,52	3,39	2,9	2,8	1,24	0,29
Soja mesmo triturada	4,18	4,12	4,52	5,59	5,87	5,02	4,68	3,97	3,32	4,26
Aviões	2,94	2,36	2,68	3,39	2,65	3,87	4,88	5,54	3,69	2,27
Automóveis de passageiros	2,9	3,34	3,72	3,47	3,63	3,32	3,35	3,21	2,37	2,17
Carne de frango congelada, fresca ou refrigeradas incluindo miúdos.	2,63	2,13	2,81	2,62	2,34	2,21	2,22	1,45	1,82	1,44
Carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada	2,17	2,28	2,04	2,03	1,58	1,29	1,27	0,91	0,92	0,54
Café cru em grão	2,1	2,13	2,13	1,81	1,78	1,98	2,07	2,83	4,64	4,56
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	1,98	2,15	2,08	2,03	2,04	1,92	2,01	2,19	2,56	2,79
Açúcar de cana, em bruto	1,95	2,86	2,01	1,57	1,85	1,84	2,41	1,38	2,42	2,14
Pastas químicas de madeira	1,87	1,8	1,72	1,78	2,39	1,92	2,14	2,91	2,59	2,05
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	1,84	1,76	2,42	3,39	3,55	3,64	3,55	3	3,13	3,42
Motores para veículos automóveis e suas partes	1,84	2,03	1,96	2,04	2,29	2,22	1,91	1,93	2,17	2,19
Produtos laminados planos de ferro ou aços	1,58	1,98	2,01	2,08	1,93	1,35	1,03	1,56	1,66	1,95
Aparelhos transmissores ou receptores e componentes	1,46	2,11	2,31	1,42	2,29	2,95	3,03	2,97	1,58	1,19
Produtos semimanufaturados de ferro ou aços	1,46	1,66	1,92	5,59	2,22	2,34	1,86	2,47	2,28	2,45
Óleos combustíveis (óleo diesel, "fuel-oil", etc.)	1,43	1,64	1,33	1,24	1,38	1,03	1,37	0,47	0,35	0,31
Fumo em folhas e desperdícios	1,37	1,23	1,4	1,43	1,44	1,62	1,58	1,48	1,84	1,84
Couros e peles, depilados, exceto em bruto	1,36	1,36	1,18	1,34	1,45	1,58	1,5	1,37	1,24	1,29
Veículos de carga	1,28	1,36	1,42	1,16	0,92	0,71	0,83	1,26	1,3	1,99
Calçados, suas partes e componentes	1,27	1,42	1,67	1,97	2,22	2,51	3,03	2,94	2,8	2,71
Açúcar refinado	1,23	1,62	1,3	1,17	1,08	1,63	1,51	0,79	1,56	1,66
Milho em grãos	1,19	0,35	0,1	0,62	0,51	0,44	0,85	0,02
Ferro fundido bruto e ferro "spiegel" (exceto ferro gusa)	1,16	1,19	1,53	1,22	0,78	0,78	0,74	0,81	0,67	0,9
Gasolina	1,14	0,87	0,9	0,59	0,75	0,87	0,86	0,74	0,4	0,29
Demais produtos	45,56	44,72	45,15	42,13	45,43	45,11	45,04	47,98	48,97	49,23

Fonte: Brasil, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Elaboração dos autores.

Notas: Principais produtos baseado na pauta de exportação de 2007.

(1) Sinal Convencional utilizado: ... Dado numérico não disponível.

Fazendo uma análise mais pormenorizada da evolução das exportações destes produtos do agronegócio as seguintes observações são relevantes. A soja aparece como o produto de maior destaque do agronegócio na pauta de exportação, posição mantida durante todo o período em análise. Em 2003, sua participação chegou a ser de 5,87% nas exportações



brasileiras, mas durante todo o período ela manteve uma média de 4,0% do valor das exportações brasileiras. As exportações de carne de frango e bovina tiveram uma trajetória semelhante no período. Ambas cresceram continuamente entre 1998 e 2007, sendo que as primeiras alcançaram 2,63% e as segundas 2,17% das exportações nacionais em 2007. Já em relação ao café cru em grão, sua participação se reduziu ao longo dos anos e no período recente voltou a ter um pequeno aumento em sua participação nas exportações. Os produtos açúcar de cana, pastas químicas de madeira, couros, peles e depilados, e açúcar refinado tiveram uma participação instável ao longo dos anos, ora reduzindo-a, ora aumentando-a, sendo que os dois primeiros mantiveram a média de 2% das exportações brasileiras, enquanto que os dois últimos mantiveram a média de 1,30%. No que tange ao farelo e resíduos da extração de óleo de soja, sua participação foi decrescente, passando de 3,42% em 1998 para 1,84% em 2007 das exportações brasileiras. Fumo em folhas e desperdícios também teve uma participação decrescente nas exportações, porém nos últimos anos ela se estabilizou por volta de 1,40%. Por último, milho em grãos que nem chegou a aparecer dentre os principais produtos exportados nas pautas de exportação de 1998 e 1999, teve sua participação elevada continuamente durante o período, ganhando uma relevância ainda maior em 2007 (Tabela 4).

A Tabela 5, por sua vez, evidencia o fato de que os principais produtos importados pelo Brasil em 2007 foram responsáveis por quase metade do total das importações no período analisado, com exceção dos anos de 1999 e 1998. Ao contrário das exportações (Tabela 4), as importações brasileiras estão concentradas em setores mais dinâmicos e de maior conteúdo tecnológico: eletrônicos, químicos, máquinas, equipamentos e materiais de transporte (Tabela 5).

Diferentemente também da pauta de exportações, as importações do agronegócio não têm relevância nas importações brasileiras, e apenas o trigo aparece entre os principais produtos importados, produto em que o Brasil é um tradicional importador. Todavia, como pode ser visto através da Tabela 5, sua participação é pequena e a trajetória da mesma é instável, aumentando até 2003, quando alcançou o patamar mais elevado, de 2,09%, e reduzindo posteriormente até alcançar 1,15% das importações totais brasileiras em 2007. Esse fato comprova mais uma vez o porquê do setor do agronegócio ser o principal gerador de saldos positivos na balança comercial brasileira.

Adubos e fertilizantes, que aparecem na Tabela 5 como sendo dos principais produtos importados, são produtos que se originam da indústria para a agricultura e, portanto, também fazem parte do complexo agroindustrial. Mas a relevância destes nas importações totais do País é pequena, e só a partir de 2005 que aparecem entre os principais produtos importados, alcançando 1,04% das importações brasileiras em 2007.

É interessante observar na Tabela 5 o peso das importações de materiais de transporte, ou seja, de partes e peças para aviões, veículos e tratores, motores e turbinas para aviões, motores para veículos automóveis, e de automóveis de passageiros. Diante deste fato cabe fazer uma ressalva quanto às exportações de aviões e de automóveis de passageiros, que são os produtos com mais alto conteúdo tecnológico dentre os exportados pelo Brasil.

No caso dos aviões, a oferta de seus principais componentes se concentra em poucos fornecedores globais. Miranda (2001) explica que duas empresas controlam o mercado global de motores. Diante deste fato, apesar de ser um grande exportador, a produção de aviões brasileira depende em grande parte de importações para que ela se concretize.

Em relação aos automóveis de passageiros, os setores de montagem e autopeças brasileiras têm uma participação importante nas exportações, porém o País continua dependendo da importação de partes, peças e motores para automóveis, além da própria importação de automóveis de passageiros ser considerável (Tabela 5). Grande parte das empresas desses setores são transnacionais e estas inseriram parte da produção brasileira em seus circuitos globais, justificando em parte suas importações e exportações. Conforme De Negri (2003, p. 240),

[...] a equação de importação de bens intermediários mostra essa tendência das empresas multinacionais em aproveitar os fornecedores globais da corporação para a compra de produtos intermediários, o que se torna evidente pela maior importação de produtos intermediários observada para as empresas estrangeiras.

As Tabelas 6 e 7 apresentam os valores das exportações e importações do agronegócio brasileiro durante o período de 1997 a 2007. Como pode ser visto na Tabela 6, o complexo soja consolidou sua posição como o principal setor exportador do agronegócio desde 2001. Nos últimos anos o setor de carnes tem seguido de perto as exportações do setor do complexo soja e, dentre todos os setores do agronegócio, ele foi o que teve maior crescimento das exportações durante o período em análise, aumentando suas exportações de 1.598,44 milhões de dólares em 1997 para 11.294,70 milhões de dólares em 2007, ficando bem próximo ao setor exportador do complexo soja. O setor de produtos florestais também aparece como um dos principais exportadores do agronegócio brasileiro, apresentando exportações crescentes durante todo o período.

De forma semelhante o complexo sucroalcooleiro teve exportações crescentes no decorrer dos anos. As exportações do setor produtor de couros, produtos de couro e pele teve um comportamento instável ao longo dos anos, mas apresentou uma trajetória de crescimento nos últimos anos analisados. O café, produto historicamente importante na pauta de exportação brasileira, e o setor de fumo e seus produtos apresentaram valores instáveis em suas exportações, mas suas exportações aumentaram quando se compara 1997 e 2007. Outro produto que tem ganhado destaque nas exportações do agronegócio é o suco de laranja, que está mensurado na tabela no setor de suco de frutas. A partir de 2001, as exportações do setor se tornaram crescentes e essas se devem quase que exclusivamente as exportações de suco de laranja. Quanto aos demais setores exportadores, suas exportações possuem menor peso dentre as exportações do agronegócio⁵. Todavia, de forma feral, as exportações desses setores apresentaram uma trajetória de elevação no decorrer do período analisado (Tabela 6).

Tabela 5: Participação dos principais produtos no valor total das importações brasileira, 1998-2007.

⁵ Com a exceção de produtos de alguns setores, como por exemplo, o milho que está incluído no setor de cereais, farinhas e preparações.



Ano	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998
Total Geral	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total dos Produtos Abaixo	47,18	47,86	46,48	46,34	45,26	44,9	42,59	42,9	32,49	30,03
Petróleo em bruto	9,93	9,94	10,42	10,76	7,83	6,99	5,74	5,72	4,41	3,4
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	2,96	2,73	3,35	3,25	3,11	2,89	2,7	2,83	2,89	2,7
Medicamentos para medicina humana e veterinária	2,65	2,61	2,51	2,6	2,9	2,86	2,4	2,25	2,66	1,84
Automóveis de passageiros	2,59	2,09	1,11	0,93	1,2	1,55	2,53	2,17	2,47	4,64
Óleos combustíveis (óleo diesel, "fuel-oil", etc)	2,54	2	1,41	1,36	1,68	2,3	2,19	2,28	1,41	1,1
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	2,52	3,19	3,44	3,24	3,05	2,65	2,6	3,06	2,15	1,5
Naftas	1,62	1,94	1,91	1,63	1,57	1,4	2,39	3,33	2,27	1,61
Compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas	1,55	1,51	1,72	2,07	1,93	1,87	1,87	1,68	2,04	1,93
Instrumentos e aparelhos de medida, de verificação, etc.	1,46	1,45	1,68	1,76	1,79	1,79	1,77	1,53	1,55	1,54
Circuitos impressos e outras partes para aparelhos de telefonia	1,45	0,24	0,32	0,28	0,23	0,2	0,77	0,84
Motores e turbinas para aviação e suas partes	1,37	1,39	1,43	1,4	1,62	1,74	1,95	1,44
Cátodos de cobre e seus elementos	1,34	1,31	0,8	0,67	0,54	0,33	0,41	0,51	0,35	0,41
Máq. automáticas para processamento de dados e suas unidades	1,31	1,39	1,26	1,14	1,25	1,44	1,2	1,86	1,68	1,69
Rolamentos e engrenagens, suas partes e peças	1,29	1,31	1,54	1,48	1,43	1,3	1,21	1,11	1,02	1,2
Partes e acessórios de máq. automáticas para processamento de dados	1,29	1,37	1,26	1,19	1,22	1,21	1,2	1,34
Hulhas, mesmo em pó, mas não aglomeradas	1,26	1,63	1,77	1,42	1,34	1,34	1,02	0,93	1,07	1,1
Motores para veículos automóveis e suas partes	1,25	1,29	1,57	1,52	1,54	1,51	1,31	1,44
Cloreto de potássio	1,24	1,04	1,3	1,56	1,29	1,12	0,95	1,04	0,88	0,78
Gás natural	1,24	1,44	1,1	0,93	0,89	0,78
Trigo em grãos	1,15	1,08	0,88	1,16	2,09	1,86	1,57	1,55	1,69	1,41
Partes e peças de aviões, helicópteros, outros veículos aéreos	1,09	1,1	1,13	1,26	1,05	1,06	1,29	1,14	1,06	0,7
Partes de aparelhos transmissores ou receptores	1,06	3,1	2,75	2,53	2,07	1,85	1,83	2,55
Adubos ou fertilizantes contendo nitrogênio, fósforo e potássio	1,04	0,61	0,74
Motores, geradores e transformadores elétricos e suas partes	0,99	1,13	0,95	1,09	2,37	3,57	2,65	1,36	1,94	1,4
Bombas, compressores, ventiladores, etc. e suas partes	0,99	0,97	1,13	1,11	1,27	1,29	1,04	0,94	0,95	1,08
Demais produtos	52,82	52,14	52,52	53,66	54,74	55,1	57,41	57,1	67,51	69,97

Fonte: Brasil, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Elaboração dos autores.
 Notas: Principais produtos baseado na pauta de importação de 2007.

(1) Sinal Convencional utilizado: ... Dado numérico não disponível.



Tabela 6: Exportações totais do agronegócio, 1997-2007. (Em US\$ Milhões)

Produtos	Anos										
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Complexo de soja	5563,79	4732,66	3760,99	4194,43	5290,98	6006,19	8122,1	10041,49	9473,58	9308,11	11381,46
Carnes	1598,44	1625,16	1941,8	1957,44	2926,3	3194,52	4188,48	6265,51	8193,51	8641,44	11294,7
Produtos florestais	3500,95	3370,04	3855,41	4418,9	4068,49	4269,92	5452,71	6691,18	7198,75	7878,85	8819,85
Complexo sucroalcooleiro	1826,58	1978,95	1976,54	1233,9	2371,2	2262,79	2297,96	3137,97	4684,36	7771,69	6578,08
Couros, produtos de couro e pele	2159,19	1894,72	1781,35	2154,98	2327,14	2328,37	2451,68	2881,97	3053,64	3470,53	3554,85
Café	3133,97	2606,35	2463,88	1784,14	1417,08	1384,8	1546,41	2057,86	2928,56	3363,93	3891,53
Fumo e seus produtos	1664,81	1558,99	961,24	841,47	944,32	1008,17	1090,26	1425,76	1706,52	1751,73	2262,37
Sucos de frutas	1057,53	1305,54	1290,05	1090,13	880,05	1096	1249,49	1141,36	1184,89	1569,52	2374,05
Fibras e produtos têxteis	873,14	753,37	673,46	842,41	993,25	857,5	1161,84	1440,28	1525,65	1388,73	1557,66
Cereais, farinhas e preparações	91,39	51,66	65,38	64,28	571,72	322,5	482,19	910,65	292,13	722,29	2219,88
Frutas (inclui nozes e castanhas)	314,03	306,71	341,96	386,44	362,19	382,8	521,68	614,84	706,5	732,88	967,92
Demais produtos de origem vegetal	467,85	292,65	255,64	238,24	252,46	352,52	412,11	424,1	444,4	562,43	671,87
Pescados	125,67	120,46	137,95	238,96	283,81	342,81	419,01	426,53	404,66	367,86	310,52
Cacau e seus produtos	185,55	206,2	158,06	163,2	174,15	206,54	321,04	319,94	386,81	362,22	364,95
Demais produtos de origem animal	136,24	149,37	153,62	142,57	148,12	150,06	163,44	220,05	275,33	315,11	412,64
Produtos alimentícios diversos	113,22	117,25	128,92	140,92	174,02	157,68	202,66	281,31	292,11	298,22	345,93
Bebidas	123,18	137,73	176,6	363,72	270,93	130,53	147,86	168,82	201,35	205,48	252,49
Lácteos	10,66	8,58	8,16	15,54	27,35	42,05	56,95	113,52	150,64	168,62	299,57
Chá, mate e especiarias	106,82	126,76	139,09	118,8	128,05	130,12	108,35	133,29	135,76	171,41	201,1
Produtos oleaginosos (exclui soja)	99,01	79,2	57,16	60,47	60,05	63,25	67,6	114,23	143,54	98	106,98
Animais vivos	6,87	7,19	7,78	5,65	4,9	5	11,31	19,13	43,19	88,85	284,91
Rações para animais	130,16	37,77	75,38	60,91	92,63	35,26	33,24	49,5	60,58	73,13	104,22
Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos	59,03	59,68	62,96	53,27	54,18	51,81	47,04	50,42	52,16	53,44	102,26
Plantas vivas e produtos de floricultura	11	12,04	13,12	11,88	13,29	15,02	19,53	23,61	25,82	29,64	35,27
Produtos apícolas	7,45	7,12	7,23	8,91	9,49	29,31	52,11	49,55	24,57	27,74	25,57
Total	23366,54	21546,14	20493,72	20591,56	23846,16	24825,51	30627,04	39002,86	43589	49421,83	58420,63

Fonte: Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Elaboração dos autores.


Tabela 7: Importações totais do agronegócio, 1997-2007. (Em US\$ Milhões)

Produtos	Anos										
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Cereais, farinhas e preparações	1564,52	1940,85	1444,48	1472,79	1363,87	1287,08	1673,06	1322,15	1173,58	1630,4	1942,17
Produtos florestais	1282,19	1287,42	962,79	1149,96	920,07	751,77	783,2	1080,56	1222,73	1630,41	2233,83
Fibras e produtos têxteis	1122,29	784,89	515,96	469,61	213,57	145,01	212,34	279,23	237,89	444,07	589,25
Pescados	446,77	453,37	288	297,66	261,24	213,18	202,92	252,26	297,47	445,34	561,6
Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos	524,79	591,4	323,8	269,83	277,81	219,58	216,95	263,86	323,26	338,68	456,56
Frutas (inclui nozes e castanhas)	366,47	349,41	243,52	212,03	191,46	150,48	133,53	170,15	240,63	317,42	369,55
Produtos oleaginosos (exclui soja)	241,54	256,77	162,14	163,14	120,95	122,08	138,1	176,19	211,89	288,01	420,68
Demais produtos de origem vegetal	212,16	227,57	210,37	203,56	207,14	189,48	169,01	204,95	226,24	261,77	313,82
Bebidas	225,74	210,9	159,32	142,75	155,39	138,33	133,82	163,99	188,44	254,88	308,87
Couros, produtos de couro e peleteria	231,38	185,1	162,42	201,6	207,37	152,75	151,5	182,26	168,92	210,83	240,17
Lácteos	459,16	515,49	442,01	376,29	180,26	247,95	112,46	84,07	121,34	155,11	152,71
Produtos alimentícios diversos	177,81	178,91	151,26	140,65	102,09	88,17	74,48	91,81	105,81	142,7	167,34
Cacau e seus produtos	107,99	99,56	125,25	91,31	61,15	123,4	139,99	85,93	114,1	130,03	182,91
Carnes	272,99	237,77	128,95	154,2	93,61	105,18	97,79	118,88	135,78	130,14	212,34
Rações para animais	62,65	56,57	48,42	49,32	54,19	70,93	69,45	81,88	89,15	109,71	149,46
Demais produtos de origem animal	85,57	88,6	67,67	78,17	66,68	65,68	67,05	78,9	84,34	83,5	108,34
Complexo soja	408,71	365,39	167,79	183,62	196,16	285,82	304,73	125,95	103	46,87	93,83
Fumo e seus produtos	92,08	78,05	13,27	18,28	25,04	25,14	24,76	19,82	22,23	30,13	42,46
Chá, mate e especiarias	25,41	26,18	19,07	19,84	23,24	20,7	20,54	30,61	23,08	22,28	35,59
Plantas vivas e produtos de floricultura	5,88	7,96	5,48	6,41	7,09	8,21	6,87	6,74	5,62	8,76	10,79
Sucos de fruta	12,79	24,58	9,39	5,29	7,58	5,13	1,97	3,39	6,22	7,99	11,36
Animais vivos	77,82	64,18	34,67	35,56	20,18	29,44	8,92	5,09	6,49	3,7	10,78
Café	3,24	1,21	1,3	1,58	2,04	2,19	1,3	1,52	1,52	1,88	2,72
Complexo sucroalcooleiro	179,81	4,33	4,22	11,97	42,72	0,89	1,48	0,41	0,31	0,29	2,11
Produtos apícolas	3,34	4,48	2,53	0,56	0,42	0,08	0,05	0,13	0,02	0,06	0,04
Total	8193,1	8040,94	5694,07	5755,97	4801,33	4448,63	4746,27	4830,72	5110,08	6694,95	8619,28

Fonte: Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Elaboração dos autores.

Em relação às importações do agronegócio (Tabela 7), como já foi dito anteriormente, elas são de bem menor envergadura que as exportações. Os dois setores que merecem algum destaque neste caso são o de cereais, farinhas e preparações, e o de produtos florestais. O primeiro é o maior importador do agronegócio brasileiro e o grande responsável por isso é o subsetor de cereais, mais especificamente o trigo. Este setor apesar de ter conseguido reduzir as importações em alguns anos, continua a depender fortemente das importações uma vez que a produção brasileira, no caso do trigo, é bem menor que a demanda. O segundo setor, o de produtos florestais, também conseguiu reduzir suas importações em alguns anos específicos, mas em 2007 o valor das importações do setor teve um salto expressivo, sendo maior inclusive que o valor das exportações do setor de cereais, farinhas e preparações (Tabela 7).

De forma geral, as importações dos demais setores tiveram uma tendência de queda no período (Tabela 7). Este fato pode ser observado pelo valor total das importações que teve queda contínua até 2004, apresentando uma elevação considerável em 2006 e 2007 o que se deve prioritariamente ao câmbio mais valorizado.

A Tabela 8 ilustra adicionalmente a importância da produção brasileira de alguns produtos do setor agropecuário no cenário internacional. As mudanças mais expressivas ocorrem no setor de carnes, sendo que a participação brasileira no mercado de carnes bovinas passou de 8,55% em 2000 para 30,39% em 2007; a participação da carne de frango passou de 17,78% para 37,85% no mesmo período; e a suína de 5,14% para 10,73% entre 2000 e 2007. Desses dados resulta o fato de o Brasil ter se tornado o maior exportador mundial de carne bovina e de frango.

No mercado de açúcar o Brasil também teve um crescimento considerável entre 2002 e 2007, aumentando sua participação no mercado mundial de 31,86% para 41,53% e aparecendo, também, como o principal exportador mundial de açúcar. O Brasil também liderou o *ranking* mundial de exportações do suco de laranja e do café, apesar de não se observar mudanças expressivas nessas participações ao longo dos anos. É interessante notar que no caso do suco de laranja, o Brasil deteve mais de 80% do mercado mundial em todos os anos analisados. Um produto que tem contribuído para o Brasil aumentar sua participação nas exportações mundiais de forma considerável é o milho, que em apenas três anos teve sua participação no mercado mundial elevada de 1,88% para 8,60% (Tabela 8).

O complexo de soja, que como já foi visto, é o principal setor exportador do agronegócio brasileiro, apresentou trajetória semelhante para seus produtos. No decorrer do período analisado, os três produtos desse setor apresentaram um comportamento instável, ora aumentando suas participações nas exportações mundiais, ora diminuindo. Porém quando se compara essas participações em 2001 e 2007 observa-se que os produtos soja em grão e óleo bruto elevaram suas participações, enquanto que no caso do farelo de soja essa participação se reduziu. Em 2007, o Brasil aparece em segundo lugar no *ranking* de exportação desses três produtos (Tabela 8).

Tabela 8: Participação de alguns produtos agropecuários brasileiros nas exportações mundiais – 2000-2007; posição do Brasil no ranking mundial destes produtos, 2007.

Produtos/Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Posição em 2007
	%	%	%	%	%	%	%	%	
Açúcar	-	-	31,86	29,51	32,48	38,51	34,43	41,53	1°
Algodão	-	1,19	2,33	1,61	2,9	4,45	4,41	3,47	4°
Suco de Laranja	-	81,26	82,73	84,31	83,74	79,95	82,29	83,5	1°
Café	30,65	28,19	28,9	1°
Milho	1,88	3,42	8,6	3°
Soja									
Em Grão	-	28,78	28,09	32,26	36,34	31,1	40,5	34,26	2°
Farelo	-	29,91	29,09	32,08	32,46	30,59	25,08	23,89	2°
Óleo Bruto	-	21,35	21,04	27,34	30,8	26,47	25,11	23,38	2°
Carnes									
Bovina	8,55	13,18	14,14	18,54	25,06	26,33	30,15	30,39	1°
de Frango	17,78	21,92	27,42	31,6	39,77	40,32	38,33	37,85	1°
Suína	5,14	10,46	15,87	14,17	12,78	14,6	12	10,73	4°

Fonte: BRASIL (2008, pp. 10-11). Elaboração dos autores.

Notas: (1) Sinal Convencional utilizado: - Valor numérico nulo.

(2) Sinal Convencional utilizado: ... Dado numérico não disponível.

A partir de todos esses dados apresentados fica explícito que o agronegócio é o setor que mais tem contribuído para a formação de saldos positivos na balança comercial brasileira, sendo, conseqüentemente, um dos grandes responsáveis em prover o país de divisas. O período que vai do início da década de 1990 até hoje foi marcado por grande dinamismo do setor, e que a despeito dos acelerados processos de abertura comercial e do câmbio valorizado o setor logrou manter superávits sempre crescentes.

Alguns estudos apresentam indicadores que demonstram o desempenho do agronegócio (GASQUES et al., 2004; BRASIL, 2008). Sua participação na balança comercial e o desempenho do setor no mercado mundial são alguns dos indicadores mais relevantes, sendo que nesses quesitos o setor é um sucesso. O Brasil tem tudo para se tornar o maior produtor e exportador do ramo nos próximos anos, não apenas pela sua elevada produtividade, mas também por suas vantagens comparativas: as condições naturais do clima, água, qualidade e extensão de terra, responsáveis pela grande competitividade dos produtos.

Em recente trabalho publicado pela ONU [Organização das Nações Unidas], afirma-se que o Brasil será, até 2017, o maior produtor agrícola do mundo. Projeções indicam que o país será, ainda, em pouco tempo, o principal pólo mundial de produção de algodão e biocombustíveis, elaborados a partir da cana-de-açúcar e óleos vegetais. Seguramente o que ditará o ritmo deste aumento será a perspectiva de boa rentabilidade que o setor possa obter e esta possibilidade dependerá substancialmente de acesso a mercados, bons preços das *commodities* agrícolas e de uma efetiva promoção (BRASIL, 2006, p. 29).

Hoje, esta alta competitividade está limitada pelo forte protecionismo no setor agropecuário praticado pelos países ricos⁶, que acabam limitando as exportações do País e tornando-as menos competitivas. Por isso, como adverte Andrade, Ortega e Campos (2005, p. 89), “[...] é fundamental que o Brasil obtenha resultados favoráveis nos *rounds* de

⁶ Principalmente pelos países que fazem parte da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).



negociações.” Para isso os autores propõem uma articulação com os países que têm interesse em uma maior liberalização do comércio agrícola, tal como é o grupo de Cairns⁷, sendo que o Brasil deve assumir uma posição de liderança por ser o maior exportador agrícola dentre os países em desenvolvimento. É fundamental a adoção de uma estratégia comercial de longo alcance e um melhor preparo dos negociadores brasileiros para que o Brasil possa adotar uma postura mais agressiva nos *rounds* de negociações agrícolas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). “Isso porque a obtenção de resultados favoráveis no sentido de maior acesso a mercados e desmantelamento de barreiras protecionistas traria um estímulo de crescimento para o agronegócio brasileiro e, conseqüentemente, maior número de empregos e crescimento da renda.” (ibidem, p. 97).

Todavia, apesar de todas as condições favoráveis que levam o agronegócio a ser considerado um caso de sucesso, principalmente no que tange ao comércio exterior, esse dinamismo do agronegócio e a dependência dos produtos do agronegócio para a geração de superávits comerciais e conseqüentemente de elevação das divisas internacionais podem – na ausência de planejamento e acompanhamentos preventivos para as possíveis externalidades negativas no que respeita ao meio ambiente, à força de trabalho, à depreciação do câmbio e seu impacto sobre a indústria, etc. – acarretar conseqüências não muito favoráveis e desejáveis para uma economia em desenvolvimento como a brasileira.

O crescente superávit da balança comercial mesmo diante da valorização cambial, e suas possíveis conseqüências, sobretudo para a indústria local tem sido tema de debate de vários autores, como Carvalho e Silva (2006), Barros (2007), Bresser-Pereira (2007) e Benetti (s.d.). Eles apresentam estudos interessantes sobre um fenômeno que estaria ocorrendo no Brasil no período recente e ao qual se dá o nome de “doença holandesa”. De acordo com Carvalho e Silva (2006) a expressão “doença holandesa” foi cunhada para expressar a perda relativa de competitividade da indústria holandesa como conseqüência a apreciação do florim⁸ decorrente da descoberta e da exploração de grandes jazidas de gás natural na Holanda durante a década de 1960. A mudança dos preços relativos levou a Holanda a passar por uma etapa de desindustrialização, processo também conhecido como maldição dos recursos naturais. O fenômeno que estaria ocorrendo no Brasil, e também em alguns países da América Latina, seria semelhante a este ocorrido na Holanda, porém ele não foi decorrente da descoberta de recursos naturais e sim da política econômica adotada por estes países na década de 1990.

Carvalho e Silva (2006) afirmam que no caso do Brasil a volta à posição Ricardiana natural é explicitada pela competitividade do setor do agronegócio a partir da década de 1990, que mesmo nos momentos em que o câmbio se encontrava valorizado, como o é atualmente, o setor conseguiu gerar expressivos superávits na balança comercial. Em contrapartida, aqueles ramos de atividade industrial que tiveram seus processos de maturação interrompidos com as reformas liberalizantes da década de 1990, e que, portanto, não têm competitividade suficiente

⁷ O Grupo de Cairns, formado em 1986, é composto pelos principais países produtores e exportadores de produtos agrícolas, os quais, a princípio não subsidiariam as exportações e nem colocariam obstáculos expressivos às importações. Os países membros são: África do Sul, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Fiji, Filipinas, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paraguai, Tailândia e Uruguai. O grupo defende a liberalização do comércio no setor agrícola confrontando com a posição protecionista da União Européia, Estados Unidos, Japão, Coréia do Sul, Suíça e Noruega. (PINAZZA; ALIMANDRO; WEDEKIN, 2001).

⁸ Moeda oficial da Holanda, até a adoção do euro em 1999.



para enfrentar a concorrência internacional num contexto de câmbio valorizado vêm perdendo participação na economia, levando a uma desindustrialização relativa do país.

Nesse sentido, o que é bom para o agronegócio em si não necessariamente é bom para a economia brasileira como um todo. Os recorrentes superávits produzidos principalmente pelo agronegócio têm a sua importância, ao ajudar a equilibrar as contas do balanço de pagamentos e prover o País de divisas estrangeiras, mas dessa forma têm contribuído para a manutenção do câmbio em um patamar valorizado o que, como já foi dito, é incompatível com as condições de competitividade de partes importantes da indústria manufatureira mais sofisticada. O estancamento do desenvolvimento industrial traz consequências indesejáveis para o desenvolvimento do país, refletidas no nível de emprego e na sua inserção externa. Enquanto De Negri (2005) afirma que uma inserção mais competitiva no comércio mundial requer uma aproximação aos padrões internacionais, ou seja, uma elevação do conteúdo tecnológico das exportações brasileiras, Bresser-Pereira (2007) afirma que a valorização do câmbio tem inviabilizado as atividades industriais com alto valor agregado e reduzido a indústria brasileira a uma indústria maquiladora que continua a exportar, mas com decrescente conteúdo tecnológico. O que se vê, portanto, é uma incompatibilidade entre o que deveria estar ocorrendo no Brasil e o que de fato ocorre em termos de comércio exterior.

Conforme Barros (2007), a desindustrialização do País tende a acelerar nos próximos anos em decorrência da necessidade de se produzir combustíveis limpos a partir da agricultura. Isso ocorrerá porque o Brasil é a única grande economia com uma área agricultável disponível para responder a essa nova demanda. Desta forma, o saldo comercial proveniente da agricultura deve crescer de forma expressiva, aumentando a sobra de dólares que já existe nos mercados de câmbio, valorizando ainda mais a moeda brasileira, aumentando assim a pressão sobre a competitividade da indústria nacional.

O consenso existente é de que um maior grau de envolvimento entre os setores e uma maior possibilidade de crescimento do mercado interno, são funções de uma pauta de exportações mais dinâmica, diversificada e de maior conteúdo tecnológico. Porém, não é isto que se tem observado no Brasil, conforme pudemos ver anteriormente com os dados apresentados. Há a necessidade de diversificar e ampliar o conteúdo tecnológico das exportações brasileiras para superar a dependência e vulnerabilidade a exportações de produtos agropecuários, intensivos em trabalho e *commodities* diversas, como fonte de divisas.

Considerações Finais

Uma nação que pauta suas perspectivas de desenvolvimento sobre as bases de produtos primários de exportação revela que não aprendeu as lições da história das economias industriais avançadas. Apreender e praticar tais lições implica impor regras à racionalidade privada subordinando-a aos interesses do conjunto da nação (algo que a partir dos anos 1990 inverteu-se de vez, em maior medida do que antes) e, no que respeita à questão industrial, colocar critérios para a introdução de progresso técnico no aparelho produtivo da nação.

As exportações de *commodities* e demais produtos de baixo conteúdo tecnológico têm sido suficientes – no contexto atual que não difere muito das décadas de 1980 e 1990, em



termos de crescimento do produto – apenas para sustentar um certo nível de necessidades de importação. Para ampliar esse nível seria necessário ampliar as exportações de manufaturados, mas esbarra-se em: i) ausência de políticas industriais; ii) dificuldades de acesso a financiamento para investimentos; iii) estratégias das empresas transnacionais que preferem importar tecnologias ao invés de gerá-las; etc. (LAPLANE e SARTI, 2006; HIRATUKA, 2002; entre outros)

Para ter um mercado interno forte – para ser capaz de manter sua estabilidade nos momentos de adversidades no comércio internacional – uma nação tem que ser forte na agricultura e também na indústria. Alcançar esse “equilíbrio” é uma questão que extrapola a superação da ausência de políticas industriais, que são necessárias, porém não suficientes, porque podem tão somente incentivar novas rodadas de modernização da economia, que se Celso Furtado estiver correto em sua análise do subdesenvolvimento, implicará apenas reforçar ainda mais as características do subdesenvolvimento (ver, por exemplo, Furtado, 1983, reiterado em Furtado, 2002).

As experiências asiáticas ensinam que é possível suplantar certas características do subdesenvolvimento, mas isso não se deve apenas a políticas industriais, educacionais, ou a reformas institucionais. Essa compreensão fere um dos legados mais caros de pensadores brasileiros clássicos como Celso Furtado: o de que temos que preservar nas nossas análises o que é de *específico* de cada realidade, seja ela asiática, brasileira ou qualquer outra. Romeiro (1994), por exemplo, mostra o quanto foi decisivo para o sucesso da industrialização dos “tigres asiáticos” o equilíbrio que se logrou no mercado de trabalho em decorrência dos processos de reforma agrária ocorridos. Giacomán (1988), mostra, por outro lado, que os casos bem sucedidos do Sudeste asiático se devem não apenas ao papel dos respectivos Estados nacionais, o protecionismo ou à sua capacidade de inovação tecnológica, mas que o esforço industrializador foi favorecido por um conjunto de condições externas, sem as quais o êxito (da industrialização sustentada em exportações industriais) ficaria comprometido, quais sejam: i) modificações na divisão internacional do trabalho, propiciadas pela transposição de linhas de produção a países com escasso desenvolvimento; ii) coincidência entre as estratégias exportadoras e o período de rápida expansão do comércio internacional aliado ao aumento dos preços de produtos manufaturados de exportação; iii) diversos apoios recebidos pelo papel geopolítico no enfretamento leste-oeste; iv) a liderança e o efeito dinamizador que o Japão exerceu sobre suas antigas colônias. Nessa mesma linha de compreensão Medeiros (1999) chama à atenção para a ausência no debate sobre a via chinesa de industrialização dos condicionantes políticos e as estratégias de poder, no que toca ao papel-chave da China na política do pós-guerra; ou seja, esse autor mostra a importância decisiva da geopolítica do pós-guerra para o desenvolvimentismo chinês, de como, por exemplo, a industrialização chinesa foi beneficiada pela política dos EUA de contenção da ex-URSS, na ocasião ainda URSS; política que assegurou à China o tratamento de Nação Mais Favorecida, abrindo com favorecimento o mercado norte americano aos produtos chineses, a partir de 1978.

No caso brasileiro, o que é específico senão o escândalo da concentração da terra, da reforma agrária que jamais saiu do papel, do desemprego estrutural, da superexploração dos trabalhadores, da brutal concentração da renda, da perene subordinação periférica? Como resolver isso com políticas industriais que incentivam o emprego de tecnologias que não absorverão os excedentes de força de trabalho? Não que as consideramos desnecessárias. Não



é disso que se trata. Apenas que pode se transformar numa rotunda falácia, caso não se faça o que for necessário para completar a revolução brasileira (Prado Jr., 1966).

Como ressaltou Furtado (1983; 2002), o problema repousa na capacidade que uma elite tem de impor continuamente ao restante da nação a armadilha da modernização – no sentido que esse autor emprega a esse termo – que nega a milhões de brasileiros a libertação do que permanece mal-resolvido do nosso passado colonial, o que em países que hoje são espelhos para os subdesenvolvidos foram conquistados para potencializar as bases de financiamento e as políticas industriais e educacionais e as reformas institucionais necessárias ao desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, D. C.; ORTEGA, A. C.; CAMPOS E. M. G. (2005). Negociações agrícolas internacionais e o agronegócio brasileiro. *Revista de Política Agrícola*, v. 14, n. 3, pp. 88-97, jul./set. Brasília.
- BARROS, L. C. M. (2007). A doença brasileira. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 jan.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2007). Desindustrialização e doença holandesa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 maio.
- BRITTO, G. (2003). Abertura comercial e coeficientes de conteúdo importado na indústria, in: LAPLANE, M. F.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. [orgs.] (2003). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP; Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP.
- BRITTO, G. (2002). Abertura comercial e reestruturação comercial no Brasil: um estudo dos coeficientes de comércio. Campinas: UNICAMP (Dissertação de Mestrado)
- BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. (2008). *Projeções do agronegócio: Mundial e Brasil – 2006/07 e 2017/18*. Brasília, 58 p.
- _____. (2006). *Agronegócio brasileiro: desempenho do comércio exterior*. 2. ed., Brasília: MAPA/SRIA/DPIA/CGOE, 116p.
- CARNEIRO, R. (2002). *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quartel do século XX*. São Paulo: UNESP. Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP.
- CARVALHO, M.A.; SILVA, C.L. (2006). Exportações agrícolas e desindustrialização: uma contribuição ao debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, Salvador, BA. *Anais...* Bahia: ANPEC.
- COUTINHO, L. (1997). A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização, in: VELLOSO, J. P. R. [org.] (1997). *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- COLSERA, L.; HENZ, R. (1998). A agricultura e a continuidade do processo de liberalização comercial. *Revista de Política Agrícola*, v. 7, n. 4, pp. 19-23, out./dez. Brasília.
- DE NEGRI, F. (2005). Conteúdo tecnológico do comércio exterior brasileiro: o papel das empresas estrangeiras. *Texto para Discussão*, n. 1074. Brasília: IPEA.



- DE NEGRI, F. (2003). Empresas estrangeiras na indústria brasileira: características e impactos sobre o comércio exterior, in: LAPLANE, M. F.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. [orgs.] (2003). *op. cit.*
- FURTADO, C. (2002). *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra.
- FURTADO, C. (1983). *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GASQUES, J. G.; REZENDE, G. C. de; VILLA VERDE, C. M.; SALERNO, M. S.; CONCEIÇÃO J. C. P. R. da; CARVALHO, J. C. S. (2004). Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil. *Texto para Discussão*, nº 1009, Brasília: IPEA.
- GIACOMÁN, E. M. (1988). Las exportaciones como factor de arrastre del desarrollo industrial: la experiencia del Sudeste de Asia y sus enseñanzas para México. *Comercio Exterior*, v. 38, n. 4, abr./1988. México.
- GONÇALVES, R. (2001). Competitividade internacional e integração regional: a hipótese da inserção regressiva. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 5, Edição Especial.
- GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de.; TONETO JÚNIOR, R. (2005). *Economia Brasileira contemporânea*. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2005, 638 p.
- HIRATUKA, C. (2002). *Empresas transnacionais e comércio exterior: uma análise das estratégias das filiais brasileiras no contexto da abertura econômica*. Campinas: IE/UNICAMP (Tese de Doutorado)
- LAPLANE, M.; SARTI, F. (2006). Prometeu Acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI. *Política Econômica em Foco*, n. 7, seção IX, nov.2005/abr.2006. Campinas: NEIT/IE/UNICAMP.
- MEDEIROS, C. A. (1999). China: entre os séculos XX e XXI, in: FIORI, J. L. (1999). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MIRANDA, J. C. (2001). Abertura Comercial, Reestruturação Industrial e Exportações Brasileiras na década de 1990. *Texto para Discussão*, nº 829. Brasília: IPEA.
- PINAZZA, L. A.; ALIMANDRO, R.; WEDEKIN, I. [Orgs.] (2001). *Agenda para a competitividade do agribusiness brasileiro: base estatística 2001/02*. Rio de Janeiro: FGV; São Paulo: ABAG, 2001, 288 p.
- PRADO Jr., C. (1966). *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- PRATES, D. M. (2006). A inserção externa da economia brasileira no governo Lula. *Política Econômica em Foco*, n. 7, seção IV, nov.2005/abr.2006. Campinas: NEIT/IE/UNICAMP.
- REZENDE, G. C. (2003). *Estado, Macroeconomia e Agricultura*. Porto Alegre: UFRGS/IPEA. (Col. Estudos Rurais)
- ROMEIRO, A. R. (1994). Reforma agrária e distribuição de renda, in: STÉDILE, J. P. [org.] (1994). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS.